

ANO 9 • N° 192

19 DE OUTUBRO DE 2023

PERIÓDICO DE GEOPOLÍTICA E OCEANOPOLÍTICA

BOLETIM GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014

Soberania subaquática no Mar do Sul da China

ESTE E OUTROS 13 ARTIGOS NESTA EDIÇÃO

BOLETIM GEOCORRENTE

Nº 192 • 19 de outubro de 2023

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Além disso, conta com a seção "Temas Especiais", tratando sobre assuntos latentes das relações internacionais.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: [BRP Dagupan City \(LC 551\) da Marinha das Filipinas em treinamento com a Marinha dos EUA](#)

Por: Rawpixel

Fonte: Rawpixel

CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: geocorrentenac@gmail.com

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

O NAC também está no [LinkedIn](#), acompanhem nossas postagens.

CONSELHO EDITORIAL

DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante Gustavo Calero Garriga Pires

SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)

TRADUÇÃO

Lucas Salles Pithon Macedo (UFRJ)



ÁFRICA SUBSAARIANA

Carolina Vasconcelos de Oliveira Silva (PUC-Rio)
Franco Napoleão A. de Alencastro Guimarães (PUC-Rio)
Isadora Jacques de Jesus (UFRJ)
João Victor Marques Cardoso (UNIRIO)
José Ricardo de Oliveira Araujo (UFRJ)
Luísa Barbosa Azevedo (UFRJ)
Nicole Eduarte Silva Chifunga (UFF)
Vanessa Passos Bandeira de Sousa (ESG)

AMÉRICA DO SUL

Bruna da Silveira Eloy (UFRJ)
Fernanda Carvalho Calado Coutinho (UFF)
Gabriel Augusto Almeida da Silva (UFRJ)
Luciano Veneu Terra (UFF)
Matheus Ribeiro de Paula (UERJ)
Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Univ. de Santiago)
Rafael Henrique de Almeida Bandeira Araujo (UFRJ)

AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

Isabela Sússekind Rocha Torres (PUC-Rio)
Taynah Pires Ferreira (UFRJ)
Victor Cabral Ribeiro (PUC-Rio)
Victor Eduardo Kalil Gaspar Filho (EGN)

ÁRTICO & ANTÁRTICA

Gabriela Paulucci da Hora Viana (UFRJ)
Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)
Jayanne Balbino Soares (UFF)

EUROPA

Guilherme Francisco Pagliares de Carvalho (UFF)
Gustavo da Hora Azevedo Osuna Bittencourt (UFRJ)
Maria Victoria R. Scarlatelli de Menezes (PUC-Rio)
Marina Autran Caldas Bonny (UFRJ)
Millene Sousa dos Santos (UFRJ)
Rafaela Caporazzo de Faria (UFRJ)

LESTE ASIÁTICO

João Pedro Ribeiro Grilo Cuquejo (Kobe University)
Luís Filipe de Souza Porto (UFABC)
Marcelle Torres Alves Okuno (EGN)
Maria Eduarda Araújo Castanho Parracho (UERJ)
Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)
Rodrigo Abreu de Barcellos Ribeiro (UFF)
Thomas Dias Placido (UFSC)

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Amanda Neves Leal Marini (ECEME)
João Gabriel Fischer Morais Rego (ECEME)
Maria Clara Vieira Schneider Vianna (UFRJ)
Melissa Rossi (Suffolk University)
Pedro Nobre Vecchia (UFRJ)
Vitória de França Fernandes (UFRJ)

RÚSSIA & EX-URSS

José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)
Gabriel Willian Duarte Constantino (UFRJ)
Luiza Gomes Guitarrari (UFRJ)
Pedro Mendes Martins (ECEME)
Pérsio Glória de Paula (Saint Petersburg University)
Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Guilherme de Oliveira Carneiro (UFRJ)
Maria Gabriela Veloso Camelo (PUC-Rio)
Matheus Bruno Ferreira Alves Pereira (UFRJ)
Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

SUL DA ÁSIA

Eduardo Araújo Mangureira (UFRJ)
Gabriela Siqueira Duarte dos Santos (UFRJ)
Lucas Mitidieri (UFRJ)
Maria Fernanda Császár Lima Ferreira (UFRJ)
Rebeca Vitória Alves Leite (EGN)
Renan Guimarães Canellas de Oliveira (PUC-Rio)

TEMAS ESPECIAIS

Raquel Torrecilha Spiri (UNESP)
Victor Magalhães Longo de Carvalho Motta (UFRJ)

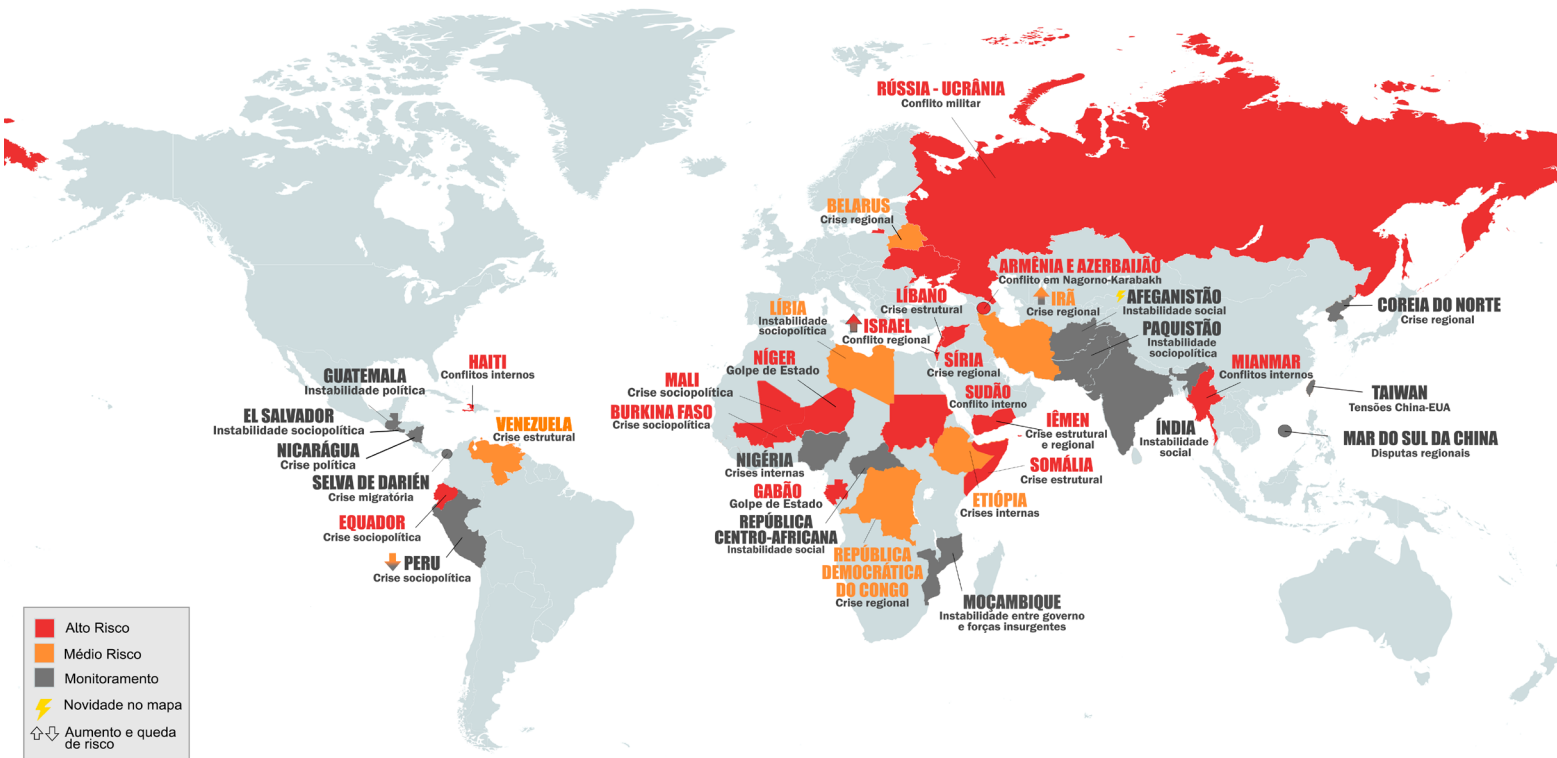


SUMÁRIO

AMÉRICA DO SUL		LESTE ASIÁTICO	
Alteração dos fluxos migratórios e desafios estratégicos para a fronteira Chile-Peru.....	5	A ênfase nas capacidades submarinas norte-coreanas.....	12
AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL		SUL DA ÁSIA	
República Dominicana e Haiti: os impactos da atual crise fronteiriça	6	A encruzilhada diplomática da adesão de Bangladesh aos BRICS	13
ÁFRICA SUBSAARIANA		SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA	
A queda de Ali Bongo e o futuro da "Françáfrica"	7	Soberania subaquática no Mar do Sul da China	14
O controle da pirataria e a segurança marítima na Somália: um caso de sucesso?	8	ÁRTICO & ANTÁRTICA	
EUROPA		A busca chinesa pela governança no Ártico: ciência como ferramenta geopolítica	
Proteção e competição: investigação da União Europeia sobre veículos elétricos chineses	8	TEMAS ESPECIAIS	
ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA		Tempos de mudança no mercado internacional de energia.....	
O dilema de investimentos na Líbia: a principal causa das enchentes	9	Artigos Selecionados & Notícias de Defesa.....	
Conflito Hamas x Israel: os papéis do Irã e da Arábia Saudita	10	Calendário Geocorrente.....	
RÚSSIA & Ex-URSS		Referências.....	
O teste do 9M730 <i>Burevestnik</i> e o acirramento das tensões nucleares	11	Mapa de Riscos.....	

PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS

Por: Luísa Barbosa



Created with mapchart.net

Para mais informações acerca dos critérios utilizados, acesse a página 19.

Alteração dos fluxos migratórios e desafios estratégicos para a fronteira Chile-Peru

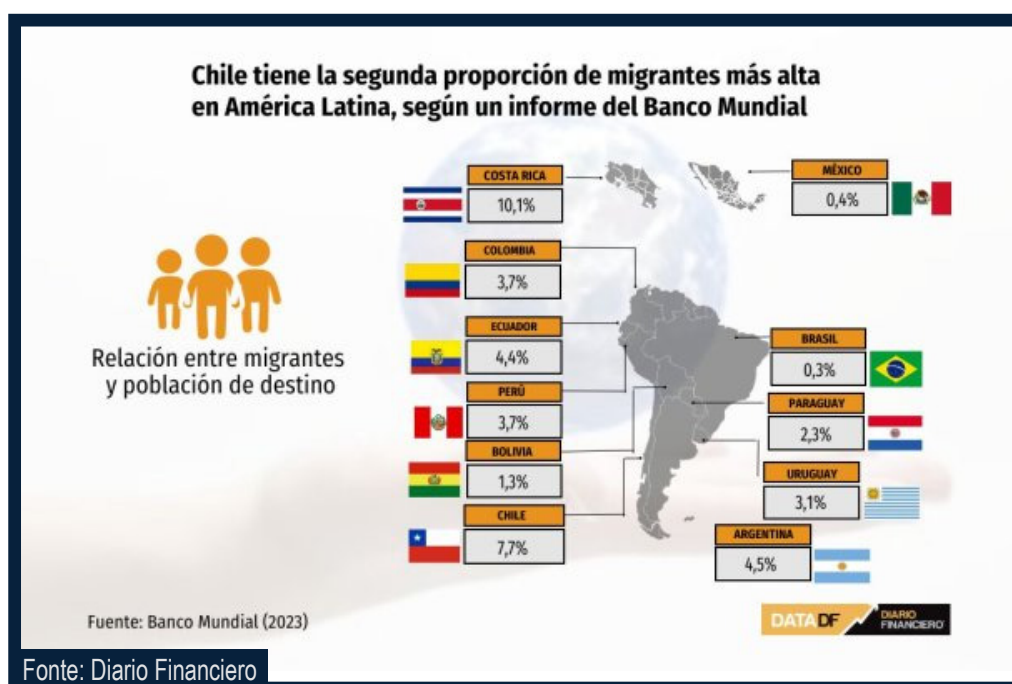
Pedro Kilson

O ano de 2023 tem registrado transformações nas fronteiras entre Chile e Peru, com a reconfiguração dos fluxos migratórios de venezuelanos. Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) revelam que, pela primeira vez desde o início do êxodo da Venezuela, em 2014, o número de venezuelanos que decidiram sair do Chile supera o número dos que entraram no país andino. Nesse sentido, questiona-se o impacto da alteração do deslocamento de pessoas no quadro de segurança regional e dos demais atores políticos envolvidos.

Segundo a OIM, de cada cinco movimentações registradas na região fronteira entre Chile e Peru, quatro representam a saída de venezuelanos do território chileno. Trata-se da ruptura de uma tendência migratória estável, já que o país andino representou, nos últimos três anos, destino final para meio milhão de cidadãos do país do norte, segundo o Departamento de *Extranjería* e *Inmigración*. Analistas de migração, vinculados à *Universidad de Santiago de Chile*, concluem que o novo cenário se deve à falta de adaptação dos imigrantes em um território muitas vezes hostil. Os venezuelanos enfrentam dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal, não reconhecimento profissional e problemas no aluguel de imóveis, bem como discursos e práticas xenofóbicos.

Dois outros fatores são centrais para a reversão do fluxo: a alteração nas políticas migratórias a partir de 2018 e o início do que poderia ser um processo de militarização ao norte do Chile, iniciado ao longo do primeiro semestre de 2023. Durante a gestão de Sebastián Piñera, foram implementadas medidas de visto mais restritivas, que acabaram por dificultar a entrada legal e o estabelecimento de nacionais da Venezuela, Haiti e República Dominicana em território chileno. Em fevereiro, efetivos do Exército chileno se instalaram na fronteira com o objetivo de controlar as três regiões da Macrozona Norte: Arica y Parinacota; Tarapacá; Antofagasta y Atacama. As autoridades peruanas, por sua vez, adotaram uma política similar em abril, condizente, em certa medida, com a reversão do fluxo migratório. Entretanto, não houve estratégia de comunicação eficiente e duradoura entre as autoridades chilenas e peruanas.

A alteração no fluxo venezuelano não representa uma possível solução para a crise migratória, uma vez que o quadro de segurança regional não é alterado. As fronteiras permanecem porosas, abertas à atuação do crime organizado, e não se desenvolve uma comunicação estratégica entre os governos da região, baseada numa coordenação administrativa, militar e política.



República Dominicana e Haiti: os impactos da atual crise fronteiriça

Taynah Pires Ferreira

No dia 15 de setembro de 2023, o governo da República Dominicana (RD) anunciou o fechamento de todas as fronteiras com o Haiti, país com o qual compartilha a Ilha Hispaniola. A medida foi protocolada após a retomada da construção de um canal no Rio Dajabón (também conhecido como Rio Massacre) por entes privados haitianos, dado os riscos estruturais da obra para o curso do rio, possivelmente acarretando prejuízos à economia e à agricultura dominicana. A decisão contribuiu para o agravamento das tensões diplomáticas entre as duas nações, sensibilizadas por questões políticas, de segurança e migratórias ([Boletim 180](#)). Dessa maneira, questiona-se quais as possíveis implicações econômicas da construção do canal e do fechamento das fronteiras para a RD.

O Rio Dajabón possui 55km de comprimento e constitui uma fronteira natural entre a RD e o Haiti. Como acordado no Tratado de Paz, Amizade Perpétua e Arbitragem de 1929, ambos os países concordaram em compartilhar as águas do rio, sob condição de não alterar o seu curso natural. No entanto, no último mês de abril, a construção de um canal na porção haitiana do rio, que visa desviar as águas para fins comerciais, em desenvolvimento desde 2018, foi retomada. Se concretizadas, as modificações do curso do rio possivelmente trarão consequências para o ecossistema

local. O ramo agrícola também poderá ser gravemente afetado em ambos os países. Para a RD, as perdas seriam significativas, uma vez que 5,8% do PIB nacional é proveniente da agricultura.

No entanto, a decisão de Luis Abinader, Presidente da RD, vem provocando prejuízos de ordens econômica e humanitária. Um dos resultados imediatos da medida foi o interrompimento do comércio com o Haiti pelas vias aéreas, terrestres e marítimas. Para a economia dominicana, as implicações são prejudiciais, uma vez que o país caribenho é um dos seus principais parceiros comerciais. Segundo a ONU, as exportações para o Haiti alcançaram o valor de US\$ 1,02 bilhão em 2022. Considerando tais implicações socioeconômicas, a RD reabriu um limitado comércio entre os dois países em outubro, aliviando a pressão transfronteiriça. Apesar disso, os limites territoriais se mantêm fechados para migração.

Mesmo com a pequena abertura fronteiriça, nenhum acordo foi estabelecido, o que eleva as tensões na região. Pontua-se que tal questão continuará afetando negativamente a RD, dados os prejuízos socioeconômicos. No mais, ressaltam-se os esforços da ONU para garantir um acordo satisfatório para ambas as nações e mitigar os efeitos para a Ilha Hispaniola.



DOI 10.21544/2446-7014.n192.p06.

A queda de Ali Bongo e o futuro da "Françáfrica"

Franco Alencastro

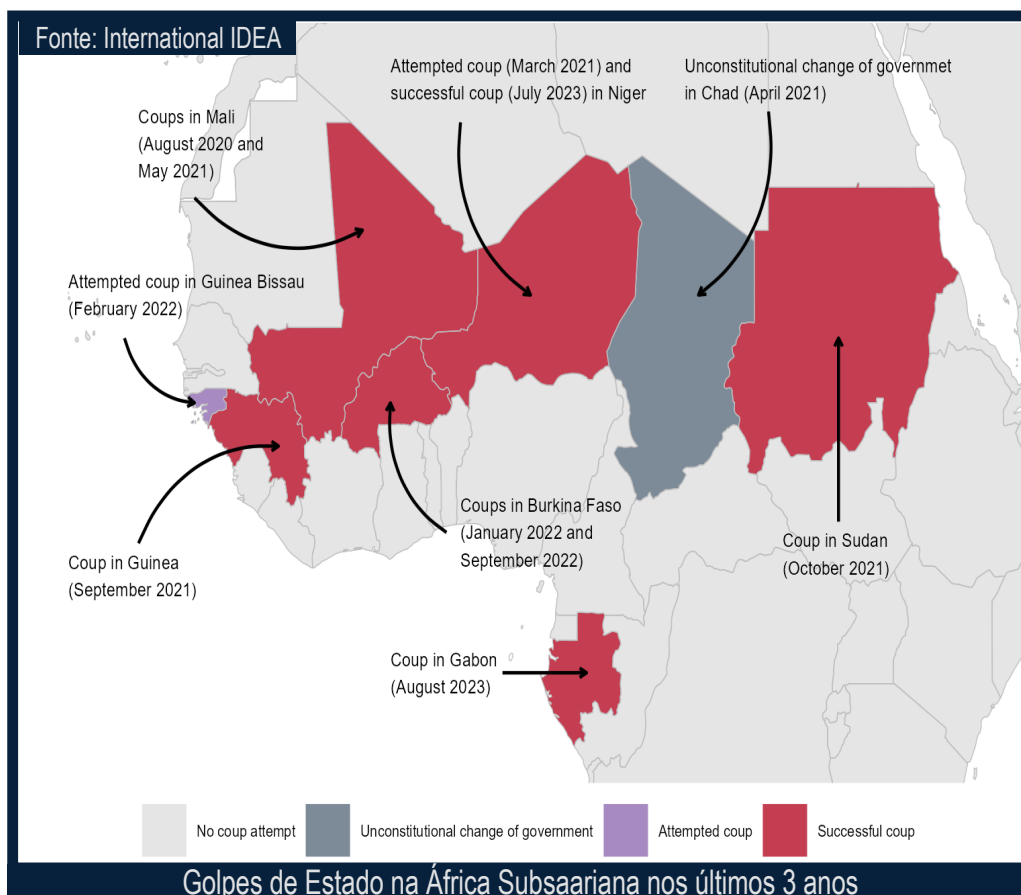
No dia 30 de agosto de 2023, um grupo de militares destituiu o Presidente do Gabão, Ali Bongo. A tomada de poder - oitava na África francófona nos últimos três anos - guarda semelhanças com os movimentos observados no Mali, Níger e outros países do Sahel, mas tem também características que a distinguem, e que podem apontar um cenário de maior instabilidade na região.

O Golpe de Estado organizado pelo General Brice Oligui Nguema e por setores da alta cúpula militar gabonesa encerrou efetivamente o comando da família Bongo sobre o Gabão, o qual se iniciou com a chegada ao poder de Omar Bongo em 1967. A dinastia Bongo, pai e filho, se tornou conhecida tanto por sua fortuna, revelada após sucessivos escândalos de corrupção, quanto pela sua conexão privilegiada com a França. Em 2003, uma investigação revelou que Paris havia garantido seu apoio à família Bongo em troca de contratos de exploração para a companhia francesa *Elf Aquitaine* das reservas de petróleo do Gabão, estimadas em 2,5 bilhões de barris.

Omar Bongo governou até sua morte em 2009, quando foi substituído por seu filho, Ali Bongo, eleito

no mesmo ano e reeleito em 2016. Em agosto de 2023, o Parlamento gabonês aprovou uma mudança na lei eleitoral, obrigando os eleitores a votar em um parlamentar do mesmo partido de um candidato presidencial. A regra prejudicava a oposição, congregada em uma coalizão na qual a maioria dos partidos, por definição, não tinha candidato presidencial. O anúncio da vitória de Bongo por uma margem de 64% em 30 de agosto, quatro dias após o pleito eleitoral, foi o estopim do golpe de Estado.

Até o momento, a derrubada dos regimes na África francófona se restringiu ao Sahel, onde a crise política se dava a reboque do fracasso da política de segurança apoiada pelas Forças Armadas francesas. Entretanto, o Gabão não está sujeito às mesmas pressões, o que pode indicar um "efeito dominó" pelo resto da África francófona. O domínio da família Bongo sobre o Gabão é um dos mais emblemáticos exemplos da "Françáfrica", a teia de relações políticas e empresariais entre Paris e os dirigentes africanos de países que são ex-colônias francesas. Seu encerramento pode ser, por sua vez, sintoma de uma crise desse mesmo modelo.



O controle da pirataria e a segurança marítima na Somália: um caso de sucesso?

Vanessa Bandeira

Desde 2012, os índices de pirataria e roubo armado na costa da Somália reduziram drasticamente e, segundo o *International Maritime Bureau*, nenhum ataque foi registrado nos últimos três anos. Tal feito foi possível devido aos esforços conjuntos empreendidos em prol da segurança marítima da região banhada pelo Mar Vermelho, fomentados e amparados por sucessivas normativas do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Implementadas e renovadas anualmente desde a Resolução 1814 de 2008, tais resoluções estimularam a cooperação entre Estados regionais e potências exógenas, bem como o desenvolvimento e fortalecimento de capacidades de monitoramento e combate na Somália. Contudo, pode-se esperar que a estabilidade desses índices implique em segurança marítima na costa somali?

Apesar de contribuir com uma maior atenção à segurança marítima, incentivando o desenvolvimento de políticas e governança voltada aos oceanos, as iniciativas de supressão da pirataria e roubo armado não contemplaram outras modalidades de ilícitos marítimos. Observam-se os significativos avanços da Somália, que, gradualmente, tem assumido as responsabilidades por sua segurança marítima. Porém, após mais de uma década de controle sobre os ataques de pirataria e roubo armado, atualmente a costa da Somália ainda é ameaçada pelo

contrabando e pelo tráfico, principalmente de pessoas e armas, terrorismo e pesca ilegal, não reportada e/ou não regulamentada (INN), por exemplo.

Considerando a interconexão existente entre diversas modalidades de crimes marítimos, especialmente entre a pirataria e a pesca INN, a segurança marítima não pode ser medida analisando apenas as taxas de um tipo de crime. Devido ao risco de que os criminosos tenham apenas migrado para outras modalidades menos visadas e mais lucrativas.

Assim, é necessário abordar a problemática da insegurança marítima de forma holística, tratando as raízes do problema, a fim de evitar que essa redução nos números seja apenas uma migração para outros crimes. Com outros ilícitos assolando a região e a fragilidade política, econômica e social da Somália, o ciclo de violência e empobrecimento continua ameaçando a economia e a segurança alimentar da população, bem como mantendo ativa a preocupação com o retorno de crimes até então resolvidos. Conclui-se, portanto, que o controle no número de ataques de pirataria e roubo armado na costa da Somália não necessariamente se configura como um sinônimo de segurança marítima na região, já que outras diversas modalidades de ilícitos assolam as águas somalis.

DOI 10.21544/2446-7014.n192.p08.

EUROPA

Proteção e competição: investigação da União Europeia sobre veículos elétricos chineses

Millene Santos

Em outubro de 2023, a Comissão Europeia iniciou oficialmente uma investigação sobre os veículos elétricos chineses. Essa medida é resultado da pressão exercida pelo governo francês para proteger a indústria europeia, refletindo o temor de que a China possa minar a competitividade do Bloco a partir da implementação de práticas subvencionistas. Como as investigações da União Europeia (UE) destacam a urgência do protecionismo industrial e a possibilidade de inaugurar uma guerra comercial entre os atores?

O início do processo de análise anti-subsídios às importações de veículos elétricos movidos a bateria é fruto de várias denúncias de que os automóveis originários da China têm sido objeto de empréstimos vantajosos e reduções de impostos. Também deve-se considerar que outras práticas têm permitido que a China aumente sua presença nas importações europeias, causando prejuízo à indústria da União. O aumento repentino das importações a preços reduzidos ocorre no momento em que o mercado da UE está passando por uma transição para a eletrificação,

assim conquistando parcela substancial de um mercado em rápida expansão, que demanda investimentos substanciais e contínuos. Esse cenário poderia, então, resultar em perdas significativas para a indústria europeia, tornando-se rapidamente insustentável.

Paralelamente, o Ministério do Comércio da China manifestou forte insatisfação com a investigação da UE. O país alega que não recebeu evidências adequadas e que a investigação não está em conformidade com as regras da Organização Mundial do Comércio. Essa reação chinesa pode indicar que o conflito está se ampliando, assumindo proporções mais graves. A China também instou a UE a proteger a estabilidade da cadeia de abastecimento global e a parceria estratégica entre eles. Isso porque consideram que esse “ato óbvio de protecionismo” prejudicaria o crescimento da indústria global de veículos elétricos, em um momento no qual a eletrificação se torna estratégia central para a transição energética mundial.

Com isso, há o risco de que, com a escalada das discussões, venham possíveis retaliações chinesas e que

estas levem a uma guerra comercial. Isso porque alguns países têm alta exposição a investimentos da China, como é o caso da indústria automotiva da Alemanha, o que resultaria em custos mais altos para empresas e consumidores, afetando negativamente a economia.

Portanto, observa-se que, ao mesmo tempo em que a

UE tenta proteger sua indústria, as relações diplomáticas com a China tornam-se instáveis, o que pode culminar em impactos para outras nações do Bloco e para a cooperação mais ampla em metas de proteção ambiental pela transição energética.

DOI 10.21544/2446-7014.n191.p08-09.

ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

O dilema de investimentos na Líbia: a principal causa das enchentes

O último dia 13 de setembro foi marcado por notícias vindas da Líbia a respeito das enchentes na região nordeste do país, onde, segundo autoridades líbias, mais de 15.000 pessoas perderam a vida. De acordo com o *Middle East Monitor*, outras duas barragens de represas estão em situação crítica e podem a qualquer momento se romper, causando novas inundações. Mas, por qual motivo a Líbia, um grande exportador de petróleo e gás natural, não tem uma preparação para lidar com catástrofes deste porte?

A principal análise que podemos realizar é o vácuo de poder no país norte-africano, no qual, por conta da guerra civil persistente desde 2011, em meio à Primavera Árabe, não existe uma única autoridade capaz de governar o país e gerir situações de calamidade. Além disso, é de se notar que o governo tem realizado mais investimentos para combater tropas rebeldes do que nos equipamentos de infraestrutura existentes no território nacional. A região mais atingida pelo rompimento das barragens está predominantemente sob o controle de grupos paramilitares e grupos jihadistas contra o governo. No passado, as cidades de Derna — devastada pelas inundações — e Benghazi foram alvos de bombardeios do governo e de seus aliados internacionais, justamente para “eliminar” a influência dos grupos contrários à administração central. Este fato pode ajudar a explicar o

abandono de investimentos na região.

Nesse contexto, destaca-se a negligência com relação aos equipamentos de infraestrutura. De acordo com o pesquisador líbio Moin Kikhia, do *think-tank* “Instituto Democrático da Líbia”, a “corrupção endêmica no governo” e a “falta de administração” foram fatores importantes que resultaram em poucos investimentos em equipamentos públicos, como barragens, deixando-os vulneráveis, sem a manutenção necessária para evitar uma tragédia como esta. Ademais, a população que vive nas cidades próximas a essas barragens não parece receber qualquer tipo de instrução de evacuação de local para emergências, que poderia minimamente atenuar os impactos de uma catástrofe como essa.

A situação permanece bastante crítica: segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários, há o risco de que novas barragens possam se romper. Segundo autoridades líbias, elas estão em boas condições de funcionamento, mas o escritório da ONU aponta “relatórios contraditórios” nesse sentido.

Observa-se, portanto, que a Líbia vive uma situação complexa: investe muito em seu poder militar para combater grupos rivais internos e, aparentemente, investe pouco em sua infraestrutura nacional.

Pedro Nobre Vecchia



DOI 10.21544/2446-7014.n191.p09.

Conflito Hamas x Israel: os papéis do Irã e da Arábia Saudita

Amanda Marini

No último dia 07 de outubro, o Hamas — grupo paramilitar palestino que controla Gaza desde 2007 — lançou uma ofensiva em direção a Israel. Além dessa ação, o grupo penetrou o território pela porção sul do país, violando soberania e integridade territorial do Estado judeu. Diante disso, a Força de Defesa de Israel (IDF, em inglês) lançou a operação militar “Espadas de Ferro”, que culminou na mobilização nacional e na declaração de guerra ao Hamas. Isto posto, como observar este conflito pela ótica dos interesses e embates iraniano-sauditas?

Primeiramente, é importante ressaltar que o Hamas é um grupo apoiado pelo Irã, tanto com transferência tecnológica, armamentos e treinamentos militares quanto com apoio ideológico. Desse modo, apesar de ter uma agenda própria, esse ator não estatal funciona como um importante *proxy* na Estratégia Militar Iraniana contra Israel, com quem se encontra em uma *shadow war* (Boletim 169). Nesse panorama, por meio das redes sociais e declarações à imprensa, autoridades iranianas cumprimentaram o grupo pelo feito e atuação, reforçando mais uma vez seu apoio, e tecendo críticas à contraofensiva israelense e suas atuações em Gaza. Assim, além de intensificar essa realidade, que polariza o equilíbrio regional, observa-se como o Irã vem atuando como um ator de peso, conferindo atuações e posturas de

potência regional no tabuleiro geopolítico local.

Sobre a Arábia Saudita, o Reino vinha se aproximando tanto de Israel, em decorrência dos Acordos de Abraão, quanto da Palestina, por meio da Autoridade Palestina, com o recente envio do seu primeiro embaixador para esta localidade. Os esforços de Riade em estabelecer laços diplomáticos com Tel-Aviv representam uma tentativa do Reino de mitigar a instabilidade regional devido às tensões entre os grupos palestinos e Israel, visando, assim, conseguir benefícios para a população árabe na Cisjordânia e em Gaza. Contudo, após esta operação desencadeada pelo Hamas, esse cenário se encontra afetado, visto que o grupo, pró-Irã, não vê com otimismo a ação saudita de se aproximar de Israel nem dos seus interesses pela população na localidade.

Por fim, toda essa realidade dificulta e impacta o processo de diálogo para a coexistência pacífica dos dois Estados, Israel e Palestina, em que ambos sejam respeitados e tenham suas soberanias preservadas. Desse modo, ressalta-se o quão desafiador é aproximar-se de um denominador comum para a resolução de um conflito histórico que se escancara mais uma vez, e como ele tem sido observado e gerido a partir dos interesses das potências regionais.



O teste do 9M730 *Burevestnik* e o acirramento das tensões nucleares

Pérsio Glória de Paula

O enfraquecimento da estrutura de controle de armas estratégicas e o aumento das tensões nucleares são desdobramentos da atual disputa entre Rússia e Estados Unidos (EUA). Assim, como o desenvolvimento do míssil *Burevestnik* pode ser analisado no atual contexto de crise internacional?

No dia 05 de outubro, o Presidente russo, Vladimir Putin, anunciou o sucesso dos testes do 9M730 *Burevestnik* (SSC-X-9 *Skyfall*, na designação da OTAN), um míssil de cruzeiro com propulsão nuclear e com alcance e capacidade de manobra ilimitados. Além disso, Putin também ressaltou a possibilidade da retração da ratificação do Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT, sigla em inglês). Essa medida serviria tanto para testar novas tecnologias de ogivas nucleares quanto para responder aos EUA, que assinaram, mas nunca ratificaram o CTBT.

O *Burevestnik* faz parte do novo conjunto de armas estratégicas disruptivas apresentadas pelo governo russo, como o drone nuclear submarino *Poseidon* (Boletim 117), o ICBM superpesado *Sarmat* (Boletim 160) e os mísseis hipersônicos *Kinzhal* e *Zircon* (Boletim 163). Segundo as autoridades russas, o *Burevestnik* aumentará a capacidade de “segundo ataque” das forças estratégicas russas, caso o país seja alvejado com armamentos nucleares. Ademais, o alcance ilimitado seria um fator disruptivo, que permitiria ao *Burevestnik* contornar as zonas mais densas dos

sistemas antimísseis ocidentais e adentrar em pontos cegos ou de menor capacidade de interceptação. Isso realça uma possível capacidade do *Skyfall* de continuar voando até adquirir novos alvos, diferentemente dos mísseis balísticos intercontinentais convencionais, o que o assemelharia a uma *loitering munition* com capacidade nuclear e de alcance global.

Apesar de ainda não ser claro o impacto desse armamento no equilíbrio de forças nucleares, a possível saída ou retração da ratificação do CTBT pela Rússia foi apontada como mais um desenvolvimento deletério para a já abalada estrutura de controle de armas estratégicas (Boletim 178). Rússia e Estados Unidos ainda não restabeleceram formas de diálogo para a reconstrução dessa estrutura. A erosão do controle de armas estratégicas aumenta substancialmente os riscos de uma nova corrida armamentista ou mesmo uma conflagração nuclear.

Nesse sentido, ainda que em fase de testes, o desenvolvimento do *Burevestnik* resalta a centralidade das capacidades estratégicas em um acirramento das tensões entre Rússia e as potências nucleares ocidentais. Além disso, evidencia-se uma contínua e perigosa erosão da estrutura de controle de armas estratégicas, erguida durante a Guerra Fria e essencial para diminuir os riscos de uma guerra atômica.

Fonte: VK

Novo míssil de cruzeiro russo com alcance global 9M730 “Burevestnik”



Motor/propulsão	Turboreator nuclear
Alcance	Ilimitado (Meses de voo contínuo)
Velocidade	850 - 1300 Km/h
Altitude de voo	25 - 100 metros
Ogiva	Especial (Nuclear)

Fonte: Dados abertos

A ênfase nas capacidades submarinas norte-coreanas

Marcelle Torres

Ao tratar sobre poder naval, Geoffrey Till (2006) afirma que o nível de desenvolvimento dos países pode ser refletido nas capacidades de suas marinhas; enquanto um país em desenvolvimento possui uma Marinha “pré-moderna”, visando a sua sobrevivência, um Estado mais desenvolvido consegue ter uma Força moderna capaz de adaptar conceitos clássicos do emprego naval à contemporaneidade. Till ressalta que países da região da Ásia-Pacífico tendem a se ater às movimentações e modernizações de seus vizinhos, e com a Coreia do Norte não é diferente. O país prova que também está no jogo e busca a modernização de seu poder naval.

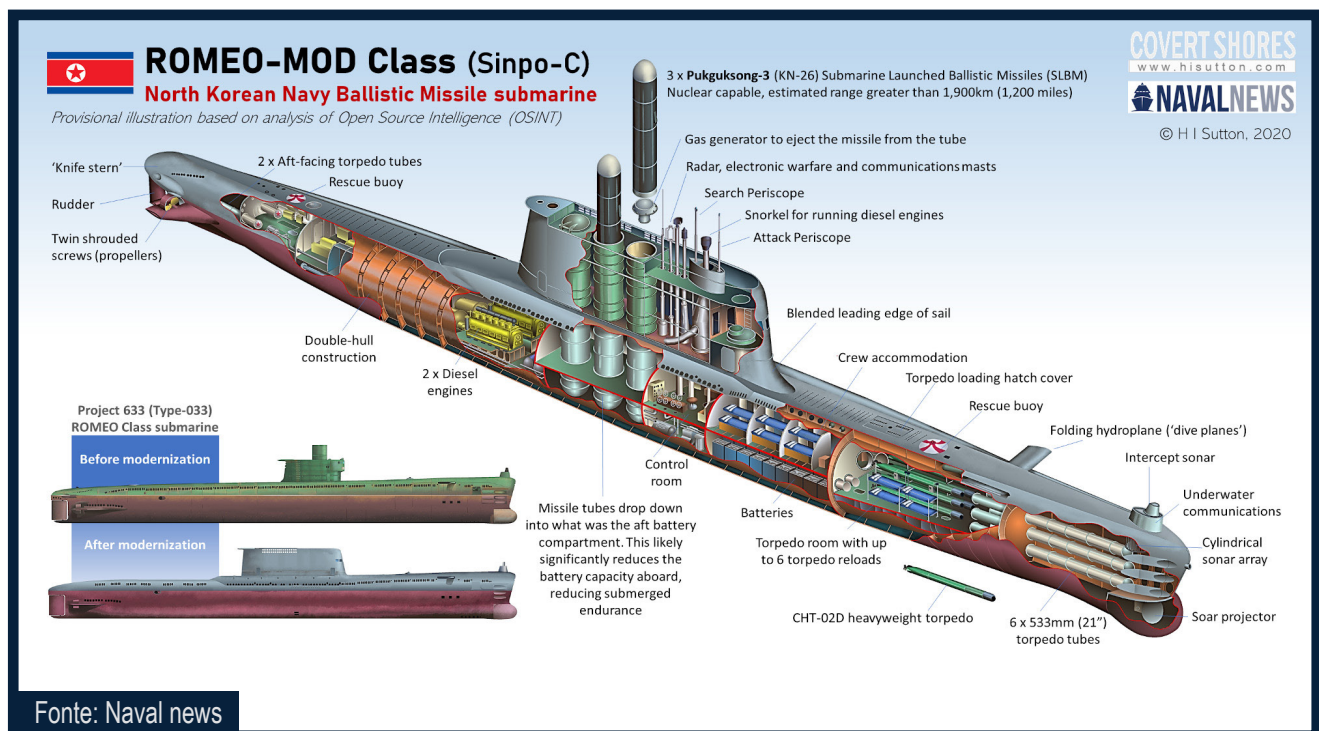
A partir da classificação de Marinhas de Todd e Lindberg (1996), é possível identificar que Pyongyang possui uma marinha de águas verdes, com capacidade operacional em águas costeiras. A Marinha do Povo Coreano (*Korean People's Navy*) divide-se em uma esquadra no Mar Amarelo e outra no Mar do Leste, composta por aproximadamente duas fragatas como combatentes de superfície; 372 combatentes costeiros e de patrulha, contemplando cinco corvetas; 72 submarinos, sendo dois de mísseis balísticos (1 *Sinpo-C* e 1 *Sinpo-B*), 20 convencionais da classe *Romeo*, 40 costeiros da classe *Sang-O* e 10 minissubmarinos; e outras embarcações.

Com a inferioridade qualitativa de suas forças convencionais — equipamentos obsoletos da era

soviética, antigas aquisições chinesas e atualizações nacionais —, Pyongyang busca desenvolver capacidades assimétricas, como o sistema de lançamento de mísseis balísticos. Enquanto o regime de Kim Jong-il (1994-2011) se concentrava em minissubmarinos, tendo um deles se envolvido no naufrágio da corveta sul-coreana *Cheonan* em 2010, o de Kim Jong-un (2011-atual) enfatiza submarinos lançadores de mísseis balísticos.

Como exemplos, há o submarino *Sinpo-B*, da classe *Gorae*, que transporta um míssil, que já sinalizava a visão para o desenvolvimento de uma força estratégica, paralelamente ao programa de mísseis balísticos lançados de submarinos (SLBM, em inglês) com a produção de mísseis *Pukguksong*; o *Sinpo-C*, da classe *Romeo-Mod*, que acomoda três mísseis *Pukguksong-3*; e, em setembro de 2023, Pyongyang lançou o submarino *Kim Kun Ok*, equipado com 10 tubos verticais para lançamento de SLBMs. O novo submarino é designado por Kim Jong-un como um dos principais futuros meios ofensivos subaquáticos do poder naval norte-coreano.

A busca por capacidades nucleares navais do país marca uma nova era de reforço e modernização da Marinha norte-coreana. Apesar de permanecer limitada e não estar à altura de marinhas modernas, Pyongyang visa readaptar seus submarinos antigos e modernizar seu poder naval em uma força de negação do uso do mar, mas também de emprego estratégico.



Japão e ciberdefesa: desafios e oportunidades

João Pedro Grilo

Com a consolidação da internet e a expansão de serviços digitais que abrangem desde as novas tecnologias provenientes da indústria 4.0 à gradual digitalização dos aparatos estatais, o mundo virtual ganha cada vez mais relevância política. É nesse contexto que diversos países, através de grupos de *hackers* ligados ao governo, realizam ataques coordenados a instituições governamentais de países rivais, seja buscando acessar informações sensíveis ou desestabilizar serviços essenciais como forma de retaliação. Considerando a utilização dessas estratégias por países que possuem uma relação delicada com o Japão, especificamente China e Rússia, é de vital importância que Tóquio invista em uma coesa e coordenada estratégia nacional de defesa cibernética para conter as atuais e futuras ameaças digitais. Visto isso, o presente artigo busca analisar quais são as limitações da estratégia de defesa cibernética japonesa e como tais gargalos podem ser abordados.

Em agosto de 2023, o Pentágono veio a público reforçar a sua confiança em compartilhar informações sensíveis com o Japão, após uma notícia do *Washington Post* afirmar que *hackers* chineses infiltraram-se nas redes de defesa de Tóquio e acessaram informações sigilosas relacionadas a planos e avaliações de deficiências militares entre 2020 e 2021. Tal notícia evidencia as vulnerabilidades do sistema de defesa cibernético japonês, apesar da crescente preocupação do país

desde a promulgação do Ato Básico de Cibersegurança de 2014, que estabeleceu a definição legal do termo cibersegurança, e da publicação de suas duas Estratégias de Cibersegurança, em 2015 e 2018.

Essa fragilidade pode ser explicada por questões de natureza organizacional, pois cada órgão estatal trata internamente suas questões de cibersegurança, dificultando a construção de uma política uníssona e de natureza humana em função da defasagem de profissionais capacitados no tema dentro do governo. A ausência de uma política ativa de cibersegurança, que permitiria a interceptação e prevenção de ataques, bem como a realização de contra ataques, é outra fragilidade do sistema japonês.

Frente a essas duas limitações, não apenas um plano de defesa cibernético holístico, englobando todas as diversas agências e ministérios, se faz urgente para a proteção das estruturas digitais do governo japonês, como o enfoque na capacitação de agentes de defesa neste setor também é essencial. Felizmente, a crescente realização de exercícios cibernéticos bilaterais com países aliados, possibilitando troca de expertise, e a recente menção à importância de uma política ativa de cibersegurança no último Plano de Segurança Nacional, podem indicar melhorias qualitativas e mudanças doutrinárias no sistema de defesa nipônico.

DOI 10.21544/2446-7014.n192.p13.

SUL DA ÁSIA

A encruzilhada diplomática da adesão de Bangladesh aos BRICS

Lucas Mitidieri

A solicitação de adesão ao BRICS, feita em junho de 2023 pela Primeira-Ministra de Bangladesh, Sheikh Hasina, revisita a encruzilhada diplomática enfrentada pelo país em meio à forte pressão externa. Ainda que a solicitação tenha sido frustrada, seu objetivo era diversificar as exportações, estimular o desenvolvimento econômico e, acima de tudo, reduzir a dependência do dólar. Contudo, essa possível adesão desencadeia uma complexa disputa geopolítica envolvendo Estados Unidos, China e Índia, o que levanta questões significativas acerca dos potenciais impactos para a região do Indo-Pacífico.

Durante a última Cúpula dos BRICS, o Presidente chinês, Xi Jinping, expressou seu apoio à inclusão de Bangladesh no Bloco, comprometendo-se também a auxiliar o país sul-asiático em sua busca pelo desenvolvimento e prosperidade. A possibilidade de adesão abriria oportunidades para Bangladesh fortalecer seus laços com a China e a Índia, seus principais parceiros

comerciais e fontes crescentes de financiamento externo. No entanto, essa decisão poderia ser interpretada como um sinal de desacordo com a estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico.

Segundo Michael Kugelman, Diretor do Instituto do Sul da Ásia no *Wilson Center*, Bangladesh enfrenta uma das situações mais delicadas de sua história por estar sendo palco de disputas de influência entre Nova Déli, Pequim e Washington. Atualmente a região do Indo-Pacífico tem desempenhado um papel crucial para a política externa do Presidente Joe Biden, em especial para o fortalecimento de relações bilaterais para a contenção da expansão chinesa na região. A Índia, por exemplo, já faz parte desta estratégia como membro do Quad (Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão) ([Boletim 64](#)), sob o intuito de se transformar em uma liderança regional e, assim, conter a expansão da influência chinesa na região. Contudo, se por um lado, os Estados Unidos querem inserir Bangladesh junto à Índia em sua estratégia de contenção chinesa, a

China busca fortalecer suas relações comerciais com a nação.

Em suma, a tradicional política de imparcialidade e de manutenção de boas relações insere o país em uma delicada situação com seus parceiros comerciais. Essa complexa rede de interesses coloca Bangladesh

em uma encruzilhada diplomática, onde sua possível adesão ao BRICS poderia trazer vantagens geopolíticas substanciais, mas, ao mesmo tempo, levanta uma questão central: preservar sua postura imparcial diante das complexas dinâmicas geopolíticas.

DOI 10.21544/2446-7014.n192.p15-14.

SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

Soberania subaquática no Mar do Sul da China

Em agosto de 2023, o Ministério de Recursos Naturais chinês lançou um mapa referente às divisões territoriais no Mar do Sul da China (MSC). Neste novo “mapa padrão” foi estabelecida uma linha de dez traços, expandindo sua reivindicação marítima e invadindo as Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) de diversos países, incluindo Brunei, Filipinas, Indonésia, Malásia e Vietnã. Tal ação unilateral chinesa não agradou os países vizinhos, o Governo indonésio foi um dos primeiros a se manifestar. Poucos dias após a divulgação chinesa, a Ministra das Relações Exteriores da Indonésia, Retno Marsudi, destacou a necessidade das representações de fronteiras e reivindicações marítimas aderirem à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), entendendo que a ação unilateral da China desafia diretamente o Direito Internacional.

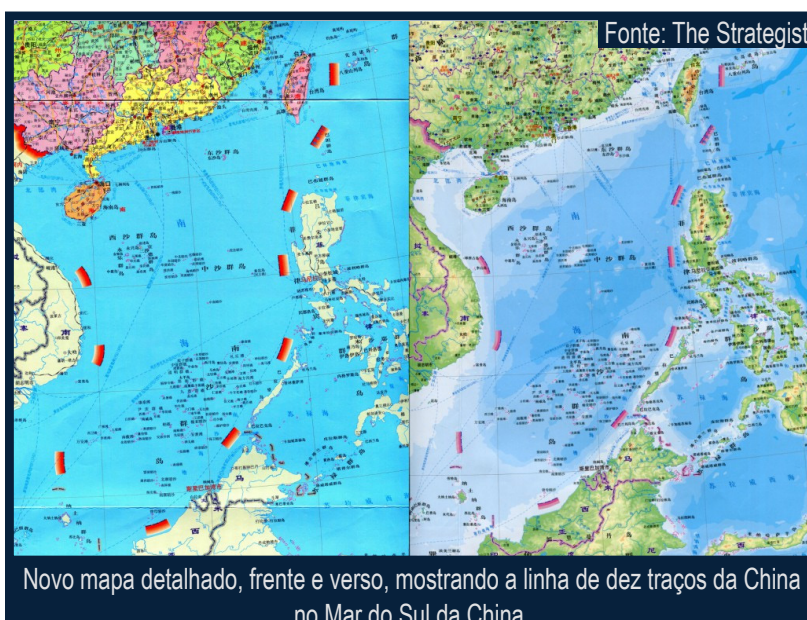
A publicação sinaliza a determinação chinesa de manter sua reivindicação no MSC, fortalecendo sua influência e controle sobre recursos vitais e rotas comerciais estratégicas. Tal fato destaca a necessidade dos vizinhos reforçarem sua segurança e soberania marítimas e a rápida resposta indonésia reflete o senso de urgência do país sobre esta questão. Essa perspectiva acerca da defesa da soberania e respeito ao Direito Internacional foi reforçada no discurso indonésio na Assembleia Geral das Nações Unidas ([Boletim Especial 78ª AGNU](#)).

Para Jacarta, que nos últimos anos vem buscando

modernizar suas capacidades de Defesa, sobretudo na esfera marítima, a preocupação central nesse momento é com os submarinos chineses que podem penetrar seu mar territorial ilegalmente sem serem detectados, desafiando sua soberania subaquática. A tecnologia militar avançada, combinada com o uso potencial de veículos subaquáticos não-tripulados (UUVs, sigla em inglês), amplifica essa ameaça. O exemplo da descoberta de UUVs semelhantes aos chineses nas águas indonésias em 2020 destaca essa inquietação.

Sendo assim, a Marinha da Indonésia vem sendo mais específica sobre as capacidades que deseja para sua futura frota de submarinos, incluindo operações em ZEEs até alto-mar, a capacidade de lançar mísseis e UUVs e a melhoria de suas capacidades de detecção subaquática como um todo. Contudo, o país enfrenta, como desafios principais, obstáculos políticos e financeiros que limitam o progresso de seus programas navais.

Neste panorama, a defesa e segurança subaquática emergem como aspectos cruciais da geopolítica atual do Indo-Pacífico, especialmente considerando a crescente importância estratégica das águas marítimas e a necessidade de garantir interesses nacionais nesses domínios. Assim, é imperativo que a Indonésia acelere seus esforços para melhorar suas capacidades, como parte vital da proteção da soberania marítima e como dissuasão de atividades ilícitas.



DOI 10.21544/2446-7014.n192.p14.

A busca chinesa pela governança no Ártico: ciência como ferramenta geopolítica

Jayanne Balbino

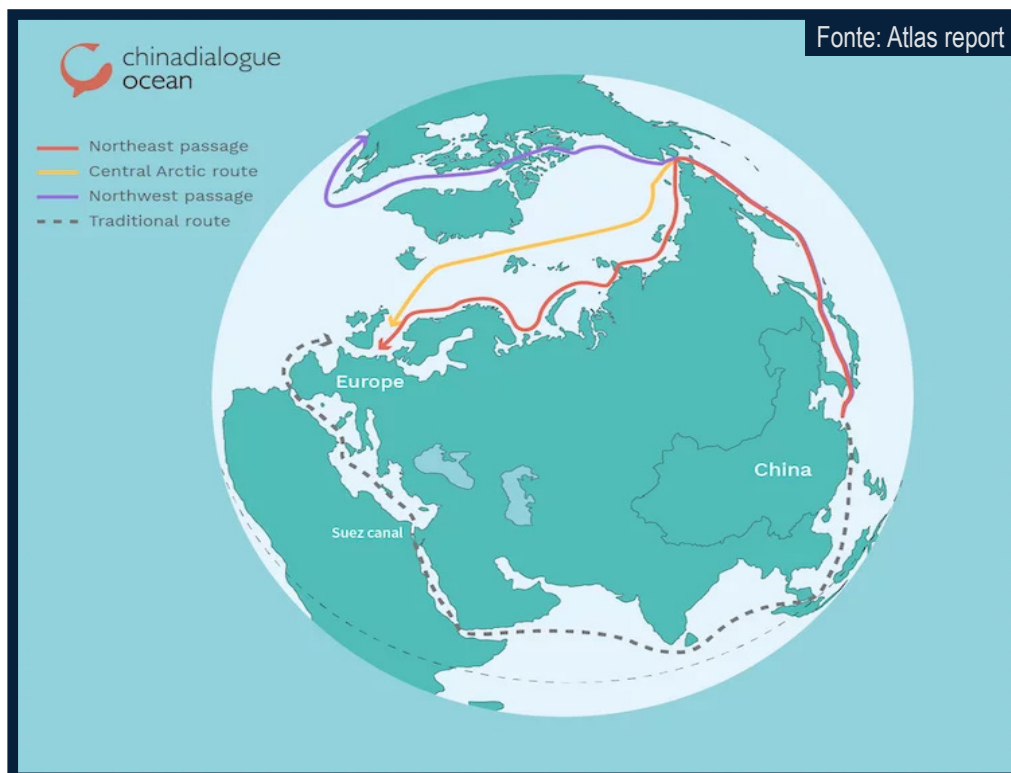
A China tem fortalecido sua presença na região ao longo dos últimos anos por meio de pesquisas científicas, evidenciando seu compromisso com o Ártico. Desde que o país se tornou membro observador no Conselho Ártico, tem buscado ativamente participar dos debates e fortalecer sua atuação na região, a partir de expedições científicas. Por essa razão, o artigo tem como objetivo analisar a atuação científica chinesa em contraposição aos objetivos geopolíticos no Norte.

Desde que se autodenominou como um “Estado próximo ao Ártico”, a China tem intensificado sua presença em viagens científicas na região. Em julho de 2023, a bordo do quebra-gelo polar *Xuelong-2*, iniciou-se a 13ª expedição científica chinesa no Ártico, alcançando um marco significativo ao realizar com êxito o levantamento óptico marinho no Oceano Ártico. Durante esta missão, foi instalado um dispositivo de monitoramento subaquático e, por meio dele, espera-se que o centro de comando chinês tenha acesso a sons de animais, navegações e quaisquer outras atividades acústicas na região. Pequim demonstra um interesse substancial no Polo Norte, devido à necessidade de pesquisar as implicações das mudanças climáticas e entender como a corrente de ar do Ártico pode impactar a China, que enfrenta grandes desafios climáticos. Por outro lado, sua presença na região também reflete a

busca do país por maior governança no local.

Pelo viés geopolítico, essa presença também se alinha com a estratégia chinesa de expandir a Rota da Seda para o Norte. Para a China, esse investimento possui uma relevância estratégica tanto em termos energéticos como comerciais, valorizando a oferta de hidrocarbonetos russos e a diversificação de suas opções de rotas marítimas. Além disso, é importante notar que parte do Oceano Pacífico está sob influência dos Estados Unidos e seus aliados, que podem restringir a navegação chinesa, afetando uma rota vital para o transporte de seus produtos para a África e Europa através do Estreito de Malaca. Assim, o Ártico se apresenta como uma opção mais eficiente e estratégica em comparação às rotas tradicionais.

Mesmo em meio à crescente tensão geopolítica, Pequim mantém seu compromisso de ter a região como uma de suas prioridades centrais. Compreender o local facilita sua administração; no entanto, a busca por um controle mais abrangente do Oceano Ártico pode desencadear tensões na área. Do ponto de vista geopolítico, a diversificação energética e o estabelecimento de novas rotas marítimas desempenham um papel fundamental para que a China se torne líder econômico, sobrepunhando os Estados Unidos.



Tempos de mudança no mercado internacional de energia

Victor Gaspar Filho

Em uma análise de documentos do setor energético publicados na última década, é possível depreender o destaque crescente aos minerais não-energéticos. Essenciais para a manufatura de equipamentos geradores de energias de baixo carbono, esses recursos ainda possuem baixa produção em relação ao necessário para atender às metas de transição energética traçadas em regimes como o Acordo de Paris. A produção insuficiente somada à concentração dos empreendimentos minerais trazem o tema à pauta de agências anteriormente voltadas estritamente para o setor de óleo e gás.

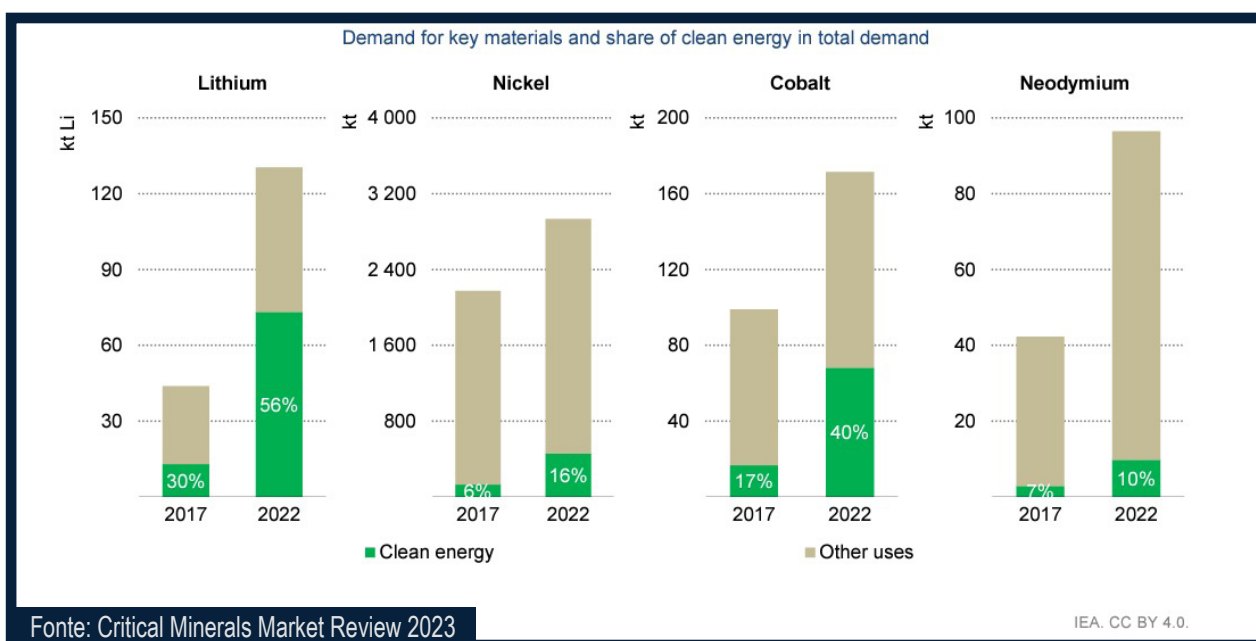
Em setembro passado, a Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês) organizou em Paris seu primeiro evento de alto nível para debater a base material da transição energética. Os quase 50 países representados foram subsidiados pelo “*Critical Minerals Market Review 2023*”, primeiro relatório da Agência a mapear o setor de mineração. O documento trata de fenômenos como a aceleração da demanda por minerais como o lítio, o níquel e o cobre estar sendo acarretada pela implantação recorde de tecnologias como a solar e a eólica.

Para apoiar as ambições climáticas e energéticas, a IEA estipulou que será necessário incentivar significativamente o acesso a muitos minerais, salientando também a importância do aproveitamento tecnológico e da reciclagem como forma de manter o fornecimento livre de adversidades. Para tanto, será

necessário investir em pesquisa acerca do ciclo de vida dos produtos, especialmente focada em lixo eletrônico e industrial, baterias, turbinas eólicas e ímãs permanentes.

A Agência também realçou o papel da transparência nos mercados, proporcionando previsibilidade do nível de preços e menor volatilidade. Com esse intuito, compromete-se com o monitoramento do mercado, algo previsto no plano do G7 para minerais críticos. Sublinhou também a importância do incentivo a medidas seguindo princípios ambientais, sociais e de governança (ESG, em inglês). Ainda, destacou o papel da cooperação internacional para elevar a produção e amenizar a concentração no setor.

No encontro, a IEA anunciou a criação da Divisão de Segurança Energética e Minerais Críticos, e de relatórios anuais dedicados ao setor. A primeira edição será difundida em 2024, no aniversário de 50 anos da agência criada como resposta ao primeiro choque do petróleo. Os fenômenos que culminaram no choque e na criação da IEA possuem paralelos importantes observáveis em recentes acontecimentos geopolíticos no Oriente Médio. A incorporação da pauta de minerais em uma agência criada há meio século é indicativo não somente de uma mudança de paradigma que evidencia a urgência de uma transição energética descarbonizadora exitosa, mas também a importância desses recursos na busca pela segurança energética.



- ▶ [The Geopolitics of EU Enlargement](#)
PROJECT SYNDICATE, Mark Leonard
- ▶ [Judy Asks: Does Anyone Benefit From the Israel-Hamas War?](#)
CARNEGIE EUROPE, Judy Dempsey
- ▶ [China Accelerates Construction of ‘Ro-Ro’ Vessels, with Potential Military Implications](#)
CHINA POWER, Matthew P. Funaiole, Brian Hart, Jaehyun Han e Jennifer Jun
- ▶ [Southeast Asia’s Security Landscape: Lessons for the ADF](#)
AUSTRALIAN ARMY RESEARCH CENTRE, Dr Abdul Rahman Yaacob, Dr Gatra Priyandita e Dr Sylvia Laksmi
- ▶ [Plus ça change: A French Approach to Naval Warfare in the 21st Century](#)
WAR ON THE ROCKS, Michael Shurkin

CALENDÁRIO GEOCORRENTE

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

Por: Maria Fernanda Császár e Taynah Pires

Outubro

Principais eventos de 19 a 31 de outubro

22



ARGENTINA
ELEIÇÕES GERAIS

22



SUIÇA
ELEIÇÕES PARLAMENTARES

25



EUA
ENCONTRO DE LÍDERES DA
AUSTRÁLIA E DOS EUA

28-29



JAPÃO
REUNIÃO DOS MINISTROS DE
COMÉRCIO DO G7

Novembro

Principais eventos de 01 a 09 novembro

02-04



ÁFRICA DO SUL
FÓRUM PARA COOPERAÇÃO
ECONÔMICA E COMERCIAL
EUA-ÁFRICA SUBSAARIANA

06-10



ILHAS COOK
52º ENCONTRO DE
LIDERANÇAS DO FÓRUM
DAS ILHAS DO PACÍFICO

07-09



AUSTRÁLIA
EXPOSIÇÃO MARÍTIMA
INTERNACIONAL DO INDO-
PACÍFICO

07-09



URUGUAI
FÓRUM DE INVESTIMENTO EM
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA
AMÉRICA LATINA

- **Alteração dos fluxos migratórios e desafios estratégicos para a fronteira Chile-Peru**
DIAZ, Rhaymar. [Cambio significativo en la dinámica migratoria de venezolanos en Chile](#). *Meridiano*, 07 set. 2023. Acesso em: 19 set. 2023.
MCCUBBIN, Ricardo. [Policía Nacional refuerza seguridad en la frontera con Chile para impedir el paso de inmigrantes indocumentados al Perú](#). *Infobae*, 12 set. 2023. Acesso em: 19 set. 2023.
 - **República Dominicana e Haiti: os impactos da atual crise fronteiriça**
[Dominican president threatens to close border with Haiti over canal dispute](#). *Al Jazeera*, 12 set. 2023. Acesso em: 20 set. 2023.
[UN Urges Re-opening Of Dominican Republic Border With Haiti](#). *Barron's*, 18 set. 2023. Acesso em: 20 set. 2023.
 - **A queda de Ali Bongo e o futuro da “Françáfrica”**
[Gabon: Presidential term reduced from seven to five years](#). *Africanews*, 07 abr. 2023. Acesso em: 22 set. 2023.
HENLEY, Jon. [Gigantic sleaze scandal winds up as former Elf oil chiefs are jailed](#). *The Guardian*, 13 nov. 2003. Acesso em: 22 set. 2023.
 - **O controle da pirataria e a segurança marítima na Somália: um caso de sucesso?**
JAKOBSEN, Peter Viggo. [Somali piracy, once an unsolvable security threat, has almost completely stopped. Here's why](#). *The Conversation*, 27 set. 2023. Acesso em: 13 out. 2023.
WELDEMICHAEL, Awet Tewelde. [Conclusion: IUU Fishing Is Back! Will Piracy Return? In: Piracy in Somalia: Violence and Development in the Horn of Africa](#). *Cambridge University Press*, pp. 196–204, 2019, Acesso em: 13 out. 2023.
 - **Proteção e Competição: Investigação da UE sobre veículos elétricos chineses**
GIJS, Camille. [Brussels officially starts probe into Chinese electric vehicles](#). *Político*, 04 out. 2023. Acesso em: 05 out. 2023.
AIZHU, Chen; BLENKINSOUP, Philip. [China rebukes EU's rushed request for consultations over EV subsidy probe](#). *Reuters*, 04 out. de 2023. Acesso em: 09 out. 2023.
 - **O Dilema de Investimentos na Líbia: a principal causa das enchentes**
[UN warns 2 other dams in Libya may burst](#). *Middle East Monitor*, 18 set. 2023. Acesso em: 18 set. 2023.
WINTOUR, Patrick; HARDING, Luke. [‘Sea is constantly dumping bodies’: fears Libya flood death toll may hit 20,000](#). *The Guardian*, 13 set. 2023. Acesso em: 10 out. 2023.
 - **Conflito Hamas x Israel: os papéis do Irã e da Arábia Saudita**
NAJDI, Youhanna; RESTLE, Benjamin. [Israel-Hamas war: What is Iran's role?](#) *DW*, 12 out. 2023. Acesso em: 12 out. 2023.
[Iran's Raisi, Saudi Arabia's MBS discuss Israel-Hamas war](#). *Al-Jazeera*, 12 out. 2023. Acesso em: 12 out. 2023.
 - **O teste do 9M730 Burevestnik e o acirramento das tensões nucleares**
[Россия провела успешное испытание межконтинентальной ракеты “Буревестник”](#). *[Rossiya provela uspeshnoye ispytaniye mezhkontinental'noy rakety “Burevestnik”]*. *Ria Novosti*, 05 out. 2023. Acesso em: 14 out. 2023.
WRIGHT, Timothy. [Russia claims to have tested nuclear-powered cruise missile](#). *International Institute for Strategic Studies*, 13 out. 2023. Acesso em: 14 out. 2023.
 - **A ênfase nas capacidades submarinas norte-coreanas**
JY, Da-gyum. [N. Korea unveils first ‘tactical nuclear attack submarine’](#). *The Korea Herald*, 08 set. 2023. Acesso em: 09 out. 2023
IISS. *The International Institute for Strategic Studies. The Military Balance 2022*. Londres: **Routledge**. Pp. 281-282. 2022.
 - **Japão e ciberdefesa: desafios e oportunidades**
STEFAN, S. [Japan's National Cybersecurity and Defense Posture: Policy and Organizations](#). *Center for Security Studies (CSS) Cyberdefense Reports*, 2019. Acesso em: 09 set. 2023.
JOHNSON, Jesse. [U.S. ‘confident’ in Japan intel sharing, but Taiwan concerns linger](#). *The Japan Times*, 09 ago. 2023. Acesso em 05 set. 2023.
 - **A Encruzilhada Diplomática da adesão de Bangladesh aos BRICS**
THE DAILY STAR. [Demystifying BRICS and the stakes for Bangladesh](#). *The Daily Star*, 04 de Setembro de 2023. Acesso em: 09 set. 2023.
RAIHAN, Selim. [Bangladesh's Geopolitical Balancing Act](#). *The Australian Strategic Policy Institute*, 7 de Agosto de 2023. Acesso em: 09 set. 2023.
 - **Soberania subaquática no Mar do Sul da China**
Malufti, Muhammad Fauzan; Alfiansyah, Iqbal Bagus. [Challenges to Underwater Sovereignty and Indonesia's Naval Modernization](#). *The Diplomat*, 03 out. 2023. Acesso em: 10 out. 2023.
NAÇÕES UNIDAS. [United Nations Convention on the Law of the Sea](#). *United Nations*, 1982.
 - **A busca chinesa pela governança no Ártico: ciência como ferramenta geopolítica**
XINHUA. [Chinese scientists embark on 13th Arctic Ocean scientific expedition](#). *Global Times*, 13 jul. 2023. Acesso em: 19 set. 2023.
CHEN, Stephen. [China plans massive listening programme at the North Pole after declaring success in Arctic test of underwater device](#). *South China Morning Post*, 09 jul. 2023. Acesso em: 19 set. 2023.
 - **Tempos de Mudança no Mercado Internacional de Energia**
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. *IEA Critical Minerals and Clean Energy Summit delivers six key actions for secure, sustainable and responsible supply chains*. *Agência Internacional de Energia*, 28 set. 2023. Acesso em: 14 set. 2023.
AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA. [Critical Minerals Market Review 2023](#). *Agência Internacional de Energia*, 28 de julho de 2023.
- O mapa inicial (pág 04) do Boletim foi produzido pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.

MAPA DE RISCO

O mapa intitulado “Principais Riscos Globais”, exposto na página 04 deste Boletim, foi elaborado pelos integrantes do Núcleo de Avaliação da Conjuntura da Escola de Guerra Naval. Os critérios utilizados para analisar os fenômenos internacionais e determinar quais devem constar no mapa se baseiam na relevância destes para o Brasil, sendo eles: presença de brasileiros residentes na região, influência na economia brasileira e o impacto no Entorno Estratégico brasileiro. Os parâmetros para categorização dos riscos seguem os interesses dos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, relevância dos atores envolvidos, repercussão internacional, impacto regional e a possibilidade da escalada de tensões. Após a seleção

dos fenômenos, estes podem ser categorizados em alto risco (vermelho), quando avalia-se grande instabilidade social, política, militar ou econômica; e também, em médio risco (laranja), para principais situações de agravamento de riscos observados. Os países em cinza representam conflitos monitorados; caso tenha agravamento do risco, este passa a ser vermelho ou laranja.

As análises são refeitas a cada edição do Boletim, com o objetivo de reavaliar e atualizar as regiões demarcadas, bem como a cor utilizada em cada um. Desta forma, são sempre observados os principais fenômenos, distribuídos em alto e médio risco. Abaixo, encontram-se *links* sobre os riscos apontados no mapa:

Por: Luísa Barbosa

► ALTO RISCO:

- ARMÊNIA E AZERBAIJÃO - Crise em Nagorno-Karabakh: [Azerbaijan May Invade Armenia in Coming Weeks, Blinken Warns Members of Congress](#). **Asbarez**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- BURKINA FASO - Crise sociopolítica: [In Burkina Faso, Special Representative Simão stresses the importance of mobilizing to strengthen peace and stability](#). **Relief Web**, 14 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- EQUADOR - Crise sociopolítica: [Daniel Noboa, banana empire heir to Ecuador's youngest president](#). **France 24**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- GABÃO - Golpe de Estado: [Gabon junta head reaches out to DRC for re-integration after coup](#). **The East African**, 12 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- HAITI - Conflitos internos: [1100 Kenyans Will Not Save Haiti](#). **Council on Foreign Relations**, 12 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- IÊMEN - Crise estrutural e regional: [Houthi drone attack kills 3 Yemeni gov't soldiers-Xinhua](#). **Xinhua**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- ISRAEL - Crise regional: [Hamas denies temporary ceasefire with Israel in Gaza-Xinhua](#). **Xinhua**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- LÍBANO - Crise estrutural: [Lebanon border fighting stokes fears of regional spillover of Israel-Hamas war](#). **France24**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- MALI - Crise sociopolítica: [Mali's junta says departure of UN troops will not be delayed, sends soldiers to northern region](#). **France24**, 15 out. 2023. Acesso em: 15 out. 2023.
- MIANMAR - Conflitos internos: [Three Myanmar Ceasefire Signatories Vow to Topple Junta](#). **The Irrawaddy**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- NÍGER - Golpe de Estado: [Niger: Uncertain future for deposed president Bazoum after 80 days in detention](#). **Africanews**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- RÚSSIA E UCRÂNIA - Conflito militar: [Russia's Avdiivka offensive is failing, says top Ukrainian officer](#). **The Guardian**, 15 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- SÍRIA - Crise regional: [Israel strikes back after Syria rockets set off sirens, military says](#). **Reuters**, 14 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- SOMÁLIA - Crise estrutural: [Is Somalia ready to shoulder security burden after African Union exit?](#) **Anadolu Agency**, 12 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- SUDÃO - Conflito interno: [UN relief chief urges end to 'humanitarian nightmare' in Sudan](#). **UN News**, 15 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.

► MÉDIO RISCO:

- BELARUS - Crise regional: [Migration via Belarus: ‘Hybrid attack on Latvia’](#). **Globe Echo**, 14 out. 2023. Acesso: 16 out. 2023.
- ETIÓPIA - Crises internas: [Ethiopia: Victims ‘left in limbo’ as rights probe mandate ends](#). **UN News**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- IRÃ - Instabilidade regional: [Iran warns Israel of regional escalation if Gaza ground offensive launched](#). **Al Jazeera**, 15 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- PERU - Crise sociopolítica: [Peru Economy Shrinks Again, Pointing to Negative Growth in 2023](#). **Bloomberg**, 15 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO - Crise regional: [Democratic Republic of the Congo: Adoption of a Presidential Statement](#). **Security Council Report**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- VENEZUELA - Crise estrutural: [Cautious Hopes for a Breakthrough in Venezuela](#). **Americas Quarterly**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.

► EM MONITORAMENTO:

- AFGANISTÃO - Instabilidade social: [Another powerful earthquake shakes quake-devastated region in western Afghanistan](#). **Associated Press**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- COREIA DO NORTE - Crise regional: [N. Korea slams Japan's plan to move up U.S. missile purchase as 'arrogant choice'](#). **Yonhap News Agency**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- EL SALVADOR - Instabilidade sociopolítica: [Corte busca modificar Cámaras Contra el Crimen Organizado para casos de menores](#). **ElSalvador.com**, 15 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- GUATEMALA - Instabilidade política: [Guatemala: bloquean 17 carreteras en rechazo a fiscal Porras](#). **DW**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- ÍNDIA - Instabilidade social: [In Mizoram, Rahul Gandhi rakes up Manipur issue: 'Women molested, babies killed'](#). **The Hindustan Times**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- LÍBIA - Instabilidade sociopolítica: [Al-Lafi reiterates need to secure border with Sudan](#). **The Libya Observer**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- MAR DO SUL DA CHINA - Disputas regionais: [Global Impact: South China Sea tensions roll on as China, Philippines clash over Scarborough Shoal](#). **South China Morning Post**, 16 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- MOÇAMBIQUE - Instabilidade entre governo e forças insurgentes: [Mozambique Police Crack Down on Opposition Before Election Results](#). **Human Rights Watch**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- NICARÁGUA - Crise política: [Ortega endurece represión y translada a ocho sacerdotes al nuevo Chipote](#). **La Prensa**, 15 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- NIGÉRIA - Crises internas: [Ex-Niger Delta militant leaders meet in Rivers over oil theft](#). **The Guardian Nigeria**, 16 set. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- PAQUISTÃO - Crise sociopolítica: [World Bank warns Pakistan of looming poverty crisis ahead of elections](#). **The Times of India**, 14 out. Acesso em: 16 out. 2023.
- REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA - Instabilidade social: [Central African Republic Emergency Response: Situation Report #1027](#). **Relief Web**, 13 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- SELVA DE DARIÉN - Crise migratória: [El Paso del Darién: incremento de personas que atraviesan esta peligrosa selva](#). **RFI**, 12 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.
- TAIWAN - Tensões China-EUA: [A spooked and lonely Taiwan looks for new friends](#). **BBC News**, 15 out. 2023. Acesso em: 16 out. 2023.